

ALEXANDRE, Bruno do Prado*

<https://orcid.org/0000-0003-2465-1628>

RESUMO: Este trabalho propõe uma discussão sobre travestilidades e suas interfaces com a ditadura civil-militar brasileira. Reconhecer que as travestilidades possuem uma história é algo que identifica as travestis enquanto sujeitas históricas que interagem a todo tempo com o cenário social em que estão inseridas. Produzir narrativas em torno dessas identidades implica em um esforço epistemológico em direção à identificação das fontes e às indagações ante os silêncios, indiferenças e ausências da História. Por meio de fontes audiovisuais, é possível inquirir os silêncios acerca das travestilidades em interface com o cenário autoritário vivenciado no Brasil e fazer emergir outras possibilidades nesse processo por visibilidade e disputa por memórias e narrativas. A ideia de uma suposta decadência moral e social e a compreensão em torno do combate por vias morais e sexuais fez com que as sexualidades inseridas nas dissidências normativas se tornassem alvo de práticas violentas de encarceramento e eliminação que, filiadas a perspectivas higienizadoras, buscaram “limpar” dos espaços urbanos aqueles e aquelas que “poluíam” e “corrompiam” a duvidosa coerência e homogeneidade dos espaços normativos. Marcas de classe e raça, nesses termos, atenuaram e potencializam a abjeção a esses corpos. É fundamental que a história seja compreendida como fruto de disputas e processos interpretativos que, condicionados por dispositivos de poder, pode desconstruir e nobilitar as histórias sobre o período ditatorial, tão marcado pela presença masculina, trazendo à baila outras perspectivas a partir de narrativas dissidentes.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura; travestilidades; invisibilidades historiográficas.

ABSTRACT: This work proposes a discussion about “transvestibilities” and their interfaces with the Brazilian civil-military dictatorship. To recognize that the “transvestibility” possess a history is something that identifies them as historical individuals who interact at all times with the social context in which they are inserted. Producing narratives around these identities implies an epistemological effort towards the identification of sources and questions, in the face of silences, indifferences and absences of History. By means of audiovisual sources, it is possible to inquire into the silences about the “transvestibility” in interface with the authoritarian context experienced in Brazil and to bring out other possibilities in this process for visibility and dispute for memories and narratives. The idea of a supposed moral and social decadence, and the understanding that involves the struggle for moral and sexual means that sexualities located within normative dissent became the target of violent practices of incarceration and elimination, which, linked to sanitizing perspectives; they tried to “clean up” from urban spaces those who “polluted” and “corrupted” the dubious coherence and homogeneity of normative spaces. Marks of class and race, in these terms, attenuated and enhanced the abjection to these bodies. It is essential that history is developed as a result of disputes and interpretative processes that, conditioned by devices of power, can deconstruct and ennoble the stories about the dictatorial period, marked by the male presence, bringing to the fore other perspectives drawn from dissident narratives.

KEYWORDS: Dictatorship; “transvestibilities”; historiographic invisibilities

** Possui doutorado em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados. Desenvolve pesquisas sobre travestilidades articuladas tanto ao campo da história bem como em interface com a educação e a escola.



Se pensamos o passado como uma renda, permanentemente retrabalhada, devemos lembrar que não são apenas as linhas, laços e nós, por mais coloridos que sejam, que dão forma ao desenho projetado; são, justamente, os buracos, os vazios, as ausências, que são responsáveis por fazer aparecer com nitidez o que se pretendia fazer
Albuquerque Júnior

Intentar compreender uma história das travestis, precursoras da arte do transformismo que fizeram sucesso no Teatro Rival no Brasil, em especial no contexto da ditadura civil-militar (1964-1985) é ao mesmo tempo instigador e desafiador. Reconhecer que as travestilidades possuem uma história realoca as travestis no campo das relações sociais, identificando-as enquanto sujeitos históricos que interagem a todo tempo com o cenário social em que estão inseridas. Produzir narrativas históricas em torno dessas identidades implica em um esforço epistemológico em direção à identificação das fontes e às indagações, ante os silêncios, indiferenças e ausências da História.

As narrativas históricas precisam se ocupar também desse processo de invisibilidade que circundam determinados corpos e vidas historicamente desumanizados de si mesmos e socialmente esquecidos pelo fazer historiográfico. É fundamental destacar, parafraseando Michelle Perrot (1995) ao fazer referência às mulheres que as travestis têm uma história, e construí-la, tecê-la, trazê-la à luz é um empreendimento sério e necessário para se preencher as lacunas deixadas pelos silêncios perpetrados ao longo do tempo.

Nesse sentido, o documentário *Divinas Divas* (2016)¹ configura uma fonte basilar para a pesquisa, e as análises empreendidas sobre ele se concretizam em tentativas de determinada forma de ver, de trazer à baila certas narrativas e realidades não tão “evidentes”, partindo da compreensão de que a “realidade” não é a pura materialidade imanentemente preche de sentidos a ser revelada, mas fruto de operações históricas.

¹ A invenção e dispersão do cinema são movimentos que se articulam em um regime de visibilidade. Desde o seu nascimento, as imagens cinematográficas inscrevem-se nos regimes de visibilidade de um tempo, mas também podem escavar pequenas fissuras nesses mesmos regimes. As imagens em movimento são efeitos de um determinado estrato histórico e seus jogos de luz e sombra (SILVA, 2016, p. 31).

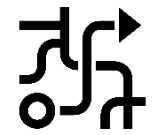


A potencialidade do cinema em operar nos processos de constituição de memórias sobre determinados temas tem feito desta linguagem um grande vetor de resistência e se prefigurado como terreno de disputas, minado por perspectivas hegemônicas em contraste com propostas estéticas que contestam narrativas oficiais ou que versam sobre sujeitos historicamente colocados à margem da história e da historiografia, por distorções ou mesmo pelas maquinações de invisibilidade (NAPOLITANO; SELIPRANDY, 2018).

Em que pesem as diversas linguagens e os efeitos de realidade que o cinema pode acionar, este tem aberto ricas possibilidades de entrever narrativas ocultadas pelos silêncios da história, bem como estabelecer revisões que permitem ao historiador e à historiadora lançar luz sobre as penumbras de versões unilateralizadas, trazendo à baila aqueles e aquelas que, marginalizados pela sociedade, também foram periféricamente alocados para os campos da invisibilidade historiográfica. Ademais, o cinema tem permitido a construção de tessituras de narrativas e protagonizado histórias outras que muitas vezes se distanciam das leituras e interpretações que emanam da história oficial ou de narrativas únicas que gozam de reconhecimento e legitimidade (MORETTIN, 2018).

Nesse sentido, para além da visão generalizada interposta no combate ao comunismo, torna-se preciso compreender as meticulosas articulações estabelecidas entre a ditadura brasileira e as ditas dissidências sexuais. Poucos trabalhos se dedicaram a pensar esse período de maneira articulada às sexualidades consideradas dissidentes, um recorte igualmente importante de ser escrutinado e que precisa construir um lugar na historiografia brasileira.

Algumas fissuras foram abertas em torno da temática da ditadura civil-militar brasileira que tangenciam as sexualidades não heterocentradas, no entanto, outras tantas frestas precisam lançar luz sobre as especificidades daquilo que ainda é desconhecido e que ficaram de fora de uma “versão oficial” da História e do reconhecimento do Estado brasileiro. É preciso construir uma narrativa histórica não apenas das tipificadas opressões às identidades e sexualidades tidas como dissidentes, mas também compreender as estratégias e os mecanismos de resistência empreendidos por esses sujeitos e sujeitas da história.



DIVINAS DIVAS EM FOCO: APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTÁRIO

História e cinema interconectam diversos autores e autoras que abriram as trincheiras para o debate acadêmico e que acabam por contribuir para a escritura de novas histórias e para a emersão de novas narrativas, ecoadas de sujeitos e sujeitas periféricamente situados/as na sociedade e na história oficial e que podem indicar e contribuir para outras perspectivas e matizes de determinados contextos, a exemplo da ditadura militar brasileira. Tateando os caminhos da história e almejando a abertura de outras entradas na produção historiográfica, compete indagar qual o lugar histórico que as artistas travestis, representadas pelas personagens do documentário *Divinas Divas*, ocuparam na história brasileira no contexto da ditadura civil-militar. Por intermédio dessa obra cinematográfica, produzida no presente e que se refere também ao passado, é possível inquirir os silêncios acerca das travestilidades em interface com o cenário autoritário vivenciado no Brasil e fazer emergir outras possibilidades nesse processo por visibilidade e disputa por memórias e narrativas.

Divinas Divas é um documentário nacional que estreou no Brasil em 22 de junho de 2017 e apresenta, de maneira poética, sensível, complexa e emocionante, a trajetória artística de oito transformistas, das quais sete se constituíram, para além dos palcos, travestis na vida. A narrativa fílmica é prenhe de histórias de repressão, violências, experiências amorosas, resistências e carreiras de sucesso nacional e internacional. O Teatro Rival é palco privilegiado dessas narrativas e histórias atravessadas pela arte, por pessoas que desafiaram o sistema sexo-gênero e a política de costumes intensificada pela ditadura civil-militar brasileira. Protagonizando espaços dos palcos no teatro de revista, antes ocupado pelas vedetes; muitas haviam deixado o Brasil por conta da censura, e essas travestis trazem à cena narrativas que versam sobre suas trajetórias pessoais e profissionais, ressignificadas pelo tempo presente marcado pela velhice.

Já idosas, cada uma à sua maneira traz suas memórias mais íntimas, que acabam por costurar a narrativa fílmica através de lembranças e imagens de arquivo que podem suscitar sentimentos diversos nos espectadores e espectadoras. Nos trânsitos entre passado e presente, através de ironia, humor refinado, emoção e glamour, memórias de violências, resistência, afetos, construções de si e experiências de sucesso vivenciadas na ditadura civil-militar brasileira assumem protagonismo e



permitem ao espectador conhecer outras narrativas sobre o contexto de autoritarismo que marca especialmente os anos 1964 a 1985.

Rogéria (*in memoriam*), Jane Di Castro (*in memoriam*), Divina Valéria, Eloína dos Leopardos, Brigitte de Búzios (*in memoriam*), Camille K., Fujica de Holliday (*in memoriam*) e Marquesa (*in memoriam*) formaram, na década de 1970, o grupo que testemunhou o auge de uma Cinelândia² repleta de cinemas e teatros. *Divinas Divas* (2016) acompanha o reencontro das artistas para a montagem de um espetáculo, trazendo para a cena as memórias de uma geração que desafiou a moral conservadora da época em questão.

O documentário produzido por Leandra Leal versa sobre oito personagens que compuseram pioneiramente a história do transformismo no Brasil. Não se trata de uma obra que busca representar toda a primeira geração de artistas travestis do país, mas das artistas pioneiras que construíram suas carreiras artísticas a partir da década de 1960 no Teatro Rival que pertenceu outrora ao seu avô, Américo Leal. É importante demarcar essa questão, uma vez que, além dessas artistas protagonistas do documentário, existiram outras que também fizeram sucesso no mesmo período em outras casas de espetáculo.

As narrativas dessas personagens protagonistas do documentário *Divinas Divas* (2016) estão prenhes de memórias de tempos de glamour, de sucesso, de muito trabalho, mas que também são atravessadas por muitas dificuldades que, em grande medida, foram interpostas pelo contexto da ditadura civil-militar no Brasil dos anos 1964 a 1985. Essas memórias são revividas por cada uma delas e dizem de experiências individuais, mas que ao mesmo tempo, relacionam-se com as narrativas de outras personagens, ou seja, para além de estarem ligadas ao campo da personalidade, também se filiam com uma história repressiva que igualmente é coletiva e que precisa ser contada e ocupar lugar na historiografia.

Os discursos elaborados pelo documentário apontam para sensibilidades que contemplam suas personagens em sua humanidade, costurando uma grande

² Área onde atualmente se localiza a praça Marechal Floriano Peixoto, no Rio de Janeiro. Mais conhecida como Cinelândia, essa região exerceu um papel expressivo na vida da cidade. A inauguração do Teatro Rival, em 22 de março de 1934, foi um marco na agenda cultural do Rio de Janeiro. Uma nova casa de espetáculos se abria criando mais uma opção de cultura e lazer no complexo de entretenimento projetado por Francisco Serrador (GÓES, 2018, p. 17).



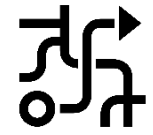
narrativa que remete a memórias de violências, dor, subversões, amores, assujeitamentos, invenções de si, reconhecimento e sucesso profissional. A forma pela qual a cineasta constrói a narrativa fílmica parece indicar para uma tentativa de disputar narrativa sobre o contexto da ditadura e, mais que isso, busca heroicizar essas personagens diante de todo o pioneirismo que elas representam e que a própria narrativa fílmica quer construir. Apesar de todo esse esforço, o público pode receber essa produção de maneira diversa, elaborando múltiplos sentidos àquilo que é representado nas telas.

Nessa transposição audiovisual, as produções cinematográficas acabam por se prefigurar contrapontos da história oficial, servindo muitas vezes como mecanismo de recuperação do passado pelas narrativas que faz emergir, e nesse movimento entre presente e passado balanceado pelas memórias, as lacunas carentes de reparação assumem protagonismos por uma história que demasiadamente se traduziu em silêncios e invisibilidades (GUTFREIND, 2018).

Os indícios que subsidiam os documentários e suas narrativas apresentam perspectivas próprias que dialogam a todo tempo e por diversas linguagens com o espectador. Nesse processo complexo, valores são disputados e questionados, crenças são postas em xeque e verdades são contestadas. Nesses termos, operam na abertura de novas trincheiras e de novas janelas que permitem em largo alcance e de maneira própria e potente que os espectadores vislumbrem realidades e perspectivas até então não vistas ou imaginadas (NICHOLS, 2016).

A voz do filme faz emergir narrativas dessas artistas que, já idosas, falam sobre suas vidas, entrecruzando nessa tessitura memórias que versam sobre os tempos áureos que protagonizaram e, ao mesmo tempo, relembram experiências difíceis vivenciadas no seio familiar, nas relações amorosas e nas dimensões repressivas da ditadura civil-militar. Nesses trânsitos, o documentário em sua função política e também estética viabiliza conexões importantes entre história pública e história pessoal.

Os processos de enunciação indicam para a tessitura cinematográfica de um processo constitutivo de memórias coletivas de um grupo de travestis que, fundamentado em experiências que se estruturam por hierarquias se esforçam por se diferenciar de outros grupos de travestis no contexto de outrora. Ao enunciarem o passado, as personagens reiteradamente buscam delimitar e reforçar balizas e



sentimentos de pertença dentro de um grupo historicamente marginalizado. As mediações entre passado e presente se dão de maneira negociada e seletiva. Aquilo que é partilhado pelo grupo aparece sempre envolto em tons de superação e resiliência diante das agruras partilhadas no passado.

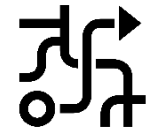
FIGURAÇÕES DO PROJETO MORAL DAS VIOLÊNCIAS NA DITADURA CIVIL-MILITAR EM DIVINAS DIVAS

O historiador Rafael Freitas Ocanha (2014), em sua dissertação de mestrado, articula uma discussão em torno do papel da imprensa e da polícia no combate à prostituição de rua em centros como São Paulo e Rio de Janeiro no contexto da ditadura civil-militar. A aliança em torno desses empreendimentos repressivos, alinhado ao projeto moral do autoritarismo brasileiro, assumiu grandes proporções para a vida de travestis, prostitutas e michês que compunham o mercado do sexo, marcando essas vidas com encarceramentos em massa e violências de toda ordem.

O aumento e a visibilidade da prostituição de travestis também contribuem na explicação dessa emergência reacionária. Renan Quinalha (2017) sugere que talvez isso se deva ao relativo crescimento econômico entre a camada média da população, que a partir de então poderia pagar por sexo, favorecendo em termos o crescimento de sua comercialização. O uso de hormônios e outras práticas de construção corporal em busca de um feminino travesti também agiram no embaralhamento dos marcos de referência entre o masculino e o feminino, que, numa complexa relação, despertou fascínio, curiosidade, desejo e também abjeção em diferentes públicos.

A fabricação de um verdadeiro pânico moral em torno das travestis, especialmente as que estavam ligadas ao ofício da prostituição representou uma verdadeira aliança entre uma política institucional e a moralidade hegemônica que produziam significados que associavam as sexualidades dissidentes à delinquência e ao perigo. Tratava-se de experiências que conflitavam com a política moral e, portanto, eram passíveis de banimento, tornando-se rotineiras as práticas de indiciamento policial, aprisionamento, violência e toda sorte de humilhações sobre esses sujeitos e sujeitas.

A produção da ideia de uma suposta decadência moral e social e a compreensão em torno do combate por vias morais e sexuais fez com que as sexualidades localizadas dentro das dissidências normativas se tornassem alvo das



hostilidades empreendidas pelas forças estatais e civis. O juízo em torno da defesa da moral conservadora e, portanto, da famigerada defesa da família, da moral e dos bons costumes fez com que as prostitutas se tornassem, especialmente no regime militar, um grupo bastante perseguido. Acontece que, muitas vezes, as prostitutas também eram travestis, o que agravava ainda mais a situação, uma vez que articulava a concepção em torno do exercício da prostituição e da travestilidade como condutas (in)aceitáveis e ultrajantes aos padrões de normalidade pautados na binaridade hegemônica de gênero. O Estado, nesse sentido, compreendido aqui como o lugar privilegiado de irradiação das regras, terminou por intensificar as políticas de saneamento sobre esses corpos e vidas (QUINALHA, 2017).

As travestis eram, sem dúvida, o alvo privilegiado da repressão moralizante levada a cabo pelas forças de policiamento que circulavam pelas ruas. Primeiro, porque elas, diferentemente de alguns homossexuais que escondiam a orientação sexual dentro do armário, não podiam ocultar sua identidade de gênero do mesmo modo como gays e lésbicas. Segundo, porque geralmente elas estavam mais expostas em locais públicos por se dedicarem, profissionalmente, à prostituição, diante da falta de outras oportunidades no mercado de trabalho. Terceiro, porque já sofriam duramente a repulsa da sociedade por conta do estigma criado em torno delas e das prostitutas que habitam estes territórios marginais (QUINALHA, 2017, p. 182).

A vigilância ramificada sobre os corpos marcados pela prostituição e pelas travestilidades vivenciavam, portanto em alguns momentos, a violência e o encarceramento de maneira mais acentuada como metodologia de enfrentamento e regulamentação dos corpos e sexualidades. Essas relações negociadas em cenários complexos evidenciavam a materialização da polícia como braço forte do Estado autoritário que ao mesmo tempo que corrompe cria a necessidade e a justificativa de manter a ordem pública através de tais empreendimentos repressivos e de “limpeza” de determinados espaços públicos. A aliança entre a polícia e o poder judiciário para o combate da prostituição termina por exercer violências e arbitrariedades sobre as vidas marginalizadas como forma de poder legítimo e bem quisto por considerável parcela da população.

De acordo com Ocanha (2014), preocupada com o aumento expressivo de travestis, a polícia civil encomenda um estudo ao delegado Guido Fonseca, que, nessa empreitada, acaba por reafirmar a necessidade de estabelecer enfrentamentos à prostituição tida como masculina, que abarcava tanto travestis como michês, enquadrando esses sujeitos no crime de vadiagem. Nesse contexto, a imprensa passa

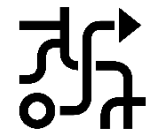


a divulgar com bastante frequência notícias abordando o aumento dessa população pelas ruas de São Paulo e Rio de Janeiro, tomando como ponto de partida crimes cometidos por alguns desses indivíduos. Tal processo de aterrorização social ecoava com demasiada receptividade entre considerável parcela de civis que clamavam por um processo de limpeza social, que representava grosso modo a retirada de travestis e prostitutas das áreas residenciais de classe média.

O estudo realizado entre dezembro de 1976 e julho de 1977 indiciou nesse período cerca de 460 travestis lavrando 62 flagrantes representando um percentual de 13,5% do total. Nesses indiciamentos, aponta Ocanha (2018), as travestis deveriam apresentar documento de identidade e carteira de trabalho, e uma cópia desses documentos seria encaminhada à autoridade seccional para fins de arquivo específicos para pessoas travestis. Aquelas que não os apresentavam eram encaminhadas ao distrito onde aguardariam a formulação de inquérito sob a prescrição de vadiagem. Ao serem liberadas, precisavam providenciar com máxima urgência esses documentos para apresentarem caso passassem por outra batida policial, o que não era difícil de acontecer.

Desse modo, o estudo de criminologia previa a utilização de imagens das travestis para que os juízes pudessem avaliar pelas fotografias o grau de periculosidade de cada uma delas. A combinação de corpos considerados masculinos vestidos com roupas “femininas” compunha parte da leitura que associava essas pessoas à marginalidade e periculosidade, produzindo e reproduzindo representações demasiadamente estigmatizadoras, que também eram reforçadas por grande parte da mídia, gerando assim um pânico coletivo entre a população. Essa rede discursiva cria no meio social a larga compreensão de que se tratam de sujeitos e práticas que urgentemente precisam ser combatidos e retirados dos espaços públicos, principalmente das áreas residenciais (LOPES, 2021).

Tais publicações impulsionaram a polícia a traçar um meticuloso plano de combate a travestis, prostitutas, trombadinhas e exploradores de lenocínio, almejando promover o indiciamento e o posterior confinamento da prostituição em determinadas áreas da cidade, incluindo espaços específicos para o encarceramento de travestis. Essas operações entraram em curso e chegam a aprisionar cerca de 600 pessoas em um único final de semana (OCANHA, 2014).



Ao buscar articular as relações possíveis entre representação e realidade em intrínseco diálogo com as referências bibliográficas, torna-se importante apresentar outras contribuições presentes em entrevistas e coletâneas disponibilizadas na internet que interconectam aspectos aqui discutidos. Com o propósito de contribuir com o debate, apresento abaixo alguns relatos,³ que compõem uma coletânea sobre resistências intitulado LGBT+60 corpos que resistem, tangenciando experiências vivenciadas na ditadura civil-militar. Recuperar as histórias, existências e resistências por meio da palavra é algo que também importa nessa empreitada. Em depoimento sobre detenções arbitrárias, Martinha⁴, uma das participantes, pessoa cuja existência se defrontou com os normativos tracejados de gênero e sexualidade, compartilha parte do que viveu com as forças policiais. Mostrando as cicatrizes na cabeça, ela afirma:

Martinha: [...] isso aqui foi uma “cabada” de revólver que ele me deu. Ele chegou e fez: “ah, viado, você está me dando trabalho”.

Entrevistar (voz *in off*): Isso foi policial?

Martinha: Policial. Isso na ditadura...

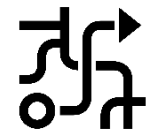
Entrevistar (voz *in off*): Você sabe quantas vezes você foi presa?

Martinha: Mais de 200 vezes, anos e anos... porque a gente ia comprar uma carne no açougue de manhã, a polícia via e levava. Só saía se tivesse uma calça, camisa e um sapato. Se tivesse sido pega de roupa de mulher, feminina, vestido, saia, não saía. Aqui, eles pegavam a gente, levavam pra praia deserta; mandavam uma segurar no membro da outra, ficar cantando Ciranda Cirandinha, mandavam a gente ficar subindo em pé de coqueiro. Ficavam rindo...

O depoimento acima converge com as reflexões apresentadas pela bibliografia sobre o período quanto às atrocidades perpetradas pelas forças policiais diante dos corpos marcados como insubmissos em termos de gênero e sexualidade, evidenciando as distintas e tipificadas maneiras de atuação das forças repressivas em ação. Para além dos aprisionamentos, intensas violências eram perpetradas e naturalizadas entre as forças opressivas do Estado, como se verifica na narrativa.

³Entrevista realizada em 17/10/2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wABZUUpfTMY&list=RDCMUC2aJp1B7NRz94ehJtM4tCw&index=3> Acesso em: 7 fev. 2023.

⁴ Martinha, 62 anos, dona de casa, baiana e travesti. Começou a se prostituir aos oito anos após fugir de casa com medo da mãe, que ameaçava envenená-la. Quando criança, foi expulsa de quatro colégios. Por causa dos trejeitos femininos, era considerada “um mau exemplo para os colegas”. No seu corpo, as marcas da violência da Ditadura Militar. Série idealizada pelo jornalista Yuri Fernandes | IG: @yurifernands <https://www.instagram.com/yurifernands/>



Sobre os processos de vigilância ramificada e violências empreendidas sobre os corpos marcados pelos estigmas da subversão, o trabalho de Leandra Leal apresenta substanciais contribuições que dialogam sincronicamente com o que é dito pela travesti acima entrevistada. Dando sequência a seu depoimento, ela diz o seguinte:

Martinha: Quando eles prendiam a gente e diziam: ‘vai ficar uma semana aí’. Ai a gente sempre carregava gilete na boca, dentro da caixa de fósforo, alguma coisa. E nas horas que eles diziam... a gente se mutilava pra não ficar presa.

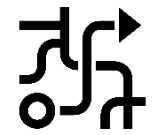
Entrevistar (voz *in off*): Eles achavam que o sangue...

Martinha: Era contaminado e mandava embora. É como se fosse uma geração minha que se foi...

Os depoimentos apresentados acima denotam dimensões muito importantes sobre o tema discutido nessa altura do texto. Ao colocar em discursos as agruras vivenciadas na ditadura e as práticas desumanas postas em curso em nome da proteção aos valores relacionados à moral e aos bons costumes, apresentando pistas quanto ao projeto moral da ditadura, os processos de subversão envoltos às táticas, como os cortes nos punhos e braços revelam aspectos violentos que eram empreendidos, almejando a soltura do cárcere. As cicatrizes representam marcas de resistência, de violências e de sobrevivência aos horrores institucionalizados.

Apesar das violências empreendidas e dos encarceramentos arbitrários vigentes no contexto, as travestis e as prostitutas também empreendiam táticas de resistência que transitavam entre a luta corporal com policiais e cães utilizados nas batidas policiais e tentativas de suicídio, que tinham o propósito de tirá-las daquela situação, já que eram encaminhadas ao hospital para os devidos tratamentos (OCANHA, 2014).

A visibilização dessas violências perpetradas pelo Estado evoca para essa discussão Michel Foucault (2015) ao dizer que “onde há poder há resistência” (p.104). As forças disruptivas empreendidas por pessoas travestis ao cortarem os próprios braços com gilete, muitas vezes trazidas presas à boca, próximo à gengiva ou abaixo da língua, ou mesmo navalhas que, escondidas em meio ao penteado, representam armas de resistência ante às ameaças rotineiras presentes na existência de muitas delas. O ato de cortar os próprios braços prefigurava uma estratégia violenta contra si mesma para não permanecer presa por muito tempo.



Ao martirizar o próprio corpo, o sangramento poderia levar à morte, promovendo maior visibilidade para tal violência. Em muitos casos, a polícia precisava levar a um hospital para os devidos cuidados, o que representava uma escapatória ante a hostilidade das forças repressivas, uma vez que se viam livres da prisão e eram conduzidas aos cuidados médicos, o que representava um lugar menos opressor. Com a AIDS, o sangue se tornou um artifício mais ameaçador o que representou mais um elemento que passou a compor essa dinâmica de resistência à opressão policial (QUINALHA, 2017).

Segundo Rafael Ocanha (2014), a imprensa, como formadora de opinião pública, atuou de forma antagônica em suas matérias ao colocar, de um lado, as famílias em seus lares sagrados e, de outro, as travestis e prostitutas, promovendo uma guerra ideológica, impulsionando na sociedade civil a ânsia de um ordenamento urbano que, por sua vez, endossava o coro, exigindo da polícia respostas e soluções imediatas àquilo que simulava uma invasão imoral que atentava contra a família, a moral e os bons costumes cultivados nesse período.

O trabalho da polícia e do poder judiciário intensificou o combate à prostituição, valendo-se de violências e de arbitrariedades como formas legítimas de atuação, as quais, com o apelo midiático e o aval de significativa parcela da sociedade civil, desencadearam verdadeira caça às pessoas consideradas inimigas da sociedade e do projeto moral da ditadura. A mídia operou como elemento legitimador em torno dos processos repressivos e como um dos agentes consolidadores dos valores morais, associando sobremaneira sujeitos travestis, na mentalidade coletiva, ao perigo e à marginalidade.

Com o fim da guerrilha na década de 1970, as forças policiais direcionaram seus esforços para o espaço urbano, que, na pessoa do delegado Sérgio Paranhos Fleury, passou a empreender buscas de combate à prostituição em São Paulo em 1979. Nessas empreitadas, outros delegados compuseram esses quadros repressivos, a exemplo de Paulo Boncristiniano e José Wilson Richetti, que no governo de Paulo Maluf, entre os anos de 1979-1982, realizaram intensas operações policiais, conhecidas como “rondão”, cujos alvos prioritários eram aqueles e aquelas que não se enquadravam nos arquétipos da heterossexualidade compulsória (OCANHA, 2014).



Em meados de 1980, o delegado José Wilson Richetti assume em São Paulo a Delegacia Seccional Centro, instituição responsável por toda as delegacias da região central da cidade, e, de maneira quase imediata, é anunciada a “Operação Cidade”, uma das várias empreitadas visando higienizar a cidade, empreendendo verdadeira caça a prostitutas, travestis e garotos de programa, conforme apontado por Ocanha (2018), que, no entanto, não cita esses sujeitos de maneira explícita.

O jornal *Folha de S. Paulo*, em reportagem, aponta como público-alvo da operação assaltantes, traficantes de tóxicos e outros marginais, porém os dados obtidos na primeira noite dessa operação apresentam uma desconexão entre objetivo e os resultados obtidos via aprisionamentos. Nesses termos, importa considerar que “Tal operação durou somente um dia e teve o resultado anunciado pela *Folha de S. Paulo*: 172 pessoas presas [...] ‘homossexuais, prostitutas, travestis e um indivíduo com posse ilegal de arma’” (p. 161). Essa acaba por confirmar as hipóteses de que a caçada aos “criminosos” havia se transformado em pretexto visando o encarceramento de pessoas LGBTs e prostitutas da região central da cidade, não ligadas necessariamente ao crime (OCANHA, 2014).

O aparato concedido pela mídia, pelas instâncias superiores da delegacia de polícia e pelo apoio popular, representado pelo abaixo-assinado e por cartas clamando por providências contra a prostituição e as travestis, acabava por legitimar as práticas violentas e arbitrárias em seus rondões que perseguiram sobremaneira o público LGBT. Tais práticas representavam políticas oficiais do estado.

Nas reflexões interpostas por Lopes (2021), infere pensar que, ancorado em autores e autoras que estudam o período em questão, no campo legislativo, nenhum dispositivo criminalizou diretamente a homossexualidade em si mesma, entretanto, a manteve intimamente associada, por uma teia discursiva que, pulverizada pelas mídias da época e pelas perseguições policiais que relacionam a homossexualidade à doença, criminalidade, perigo e a tudo o que há de ruim, terminou por fabricar argumentos e uma comoção social que apoiava o estado ditatorial no processo de dessexualização e higienização dos espaços públicos.

Por conseguinte, parte da sociedade se via representada pelo projeto moralizador e pelo propósito de dessexualizar determinados espaços públicos. O delegado José Wilson Richetti encarnava bem esses ideais e já tinha vivenciado certas experiências pautadas em coordenações repressivas na cidade de Guarulhos,



em São Paulo. Como exímio perseguidor, o delegado coordenou, entre outras atividades, operações violentas contra travestis na cidade de São Paulo que, apesar de manterem o alvo, receberam três nomes distintos, a saber: “Operação Cidade”, “Operação Limpeza” e “Operação Rondão”.

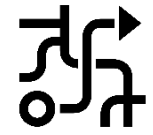
A repressão intensiva e extremamente violenta dava rápidos “resultados” com massivos aprisionamentos e muita truculência. A imprensa, ao reproduzir os discursos de Richetti, intensamente atravessados por estereótipos e pela necessidade de intervenção, a fala do delegado estrategicamente apresenta supostas soluções imediatas à questão da prostituição e da presença travesti e de outros marginalizados com os empreendimentos de ordenamento urbano.

A construção de condutas aceitáveis em contraposição àquelas passíveis de banimento pautou iniciativas que fundamentaram os padrões de normalidade e exclusão, bem como os diversos e distintos modos de interdição. Tais questões contribuíram de maneira significativa na produção de delineamentos quanto ao direito de habitar os espaços públicos e, em termos, à própria visibilidade.

Esse processo de criminalização e as incidências discursivas em vigência no período criaram no imaginário social a indissociável relação entre sexualidades dissidentes da norma, prostituição e vida noturna do variado público que “cabe” nessas dissidências ao universo das variadas ilegalidades, fazendo desses espaços lugares demasiadamente conturbados e perigosos, criando a justificativa de que a presença das forças repressivas se fazia necessária, naturalizando desse modo o emprego da violência como algo necessário.

O APARATO POLICIAL E OS APRISIONAMENTOS NA DITADURA CIVIL-MILITAR: REPRESENTAÇÕES EM DIVINAS DIVAS

Mobilizou-se, portanto, todo um aparato estatal que almejava estabelecer uma governabilidade em torno dessas sexualidades perifericamente localizadas, realizando ações conjuntas de delegacias ligadas aos costumes, jogos, repressão à vadiagem, contrabando etc., promovendo verdadeiras cassadas aos espaços de sociabilidade homossexual em grandes centros urbanos. Tais investidas visavam os espaços públicos e a manutenção do que se considerava uma saudável ordem moral e social (SILVA, 2016).



De acordo com Lopes (2021), as iniciativas de repressão que, muitas vezes, se colocavam a serviço dos interesses defendidos em torno do modelo de família tradicional, se destinavam a travestis e prostitutas que terminavam por “poluir”, dentro dessa compreensão, áreas residenciais com a prostituição de rua e toda sorte de malefícios que ela aciona, intensificados pelos discursos marginalizadores, que a todo tempo estigmatizavam esses sujeitos, produzindo concomitantemente um pânico moral que associava travestilidade, prostituição e perigo de maneira intensa e inseparável.

Apesar do protagonismo e do sucesso das artistas travestis nos teatros durante o contexto da ditadura, as travestis/transformistas vivenciavam situações contraditórias no âmbito social. A narrativa fílmica traz, em certo momento, uma conversa entre Jane Di Castro, Divina Valéria e Eloína dos Leopardos em que elas comentam sobre prisões que repetidas vezes sofreram por parte da polícia.

Nessa cena, Eloína narra o seguinte fato:

Eloína: Eu e a Rogéria, nós ficávamos rebolando embaixo do bola preta. Sempre gostei porque ali tinha uma coisa do Sodrê que tocava, amava aquilo ali. Eu ficava rebolando. Um dia a polícia chegou, prendeu elas primeiro (apontando para Brigitte e Marquesa com um prato branco descartável na mão) e quando... eu sempre fui a mais danada, eu saí voada correndo, corri, não me pegaram. Aí eu voltei e vi que elas estavam sendo todas presas.

Jane Di Castro: Você abriu o carro. Nós estávamos todas presas. Você foi lá e levantou e abriu a porta.

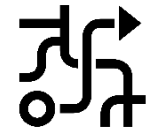
Eloína: Eu vi que eles estavam prendendo mas não estavam colocando aquela, aquela...

Jane Di Castro: Não tinham fechado a porta. Eu estava presa nesse dia. (risos)

Eloína: ... aquele que segura a porta. Quando saiu os quatro para ir pegar a Marfin eu vim por traz, abri a porta do carro e saiu todos os viados. (risos)

Jane Di Castro: Foi, abriu. Todos os viados. Eu corri tanto que fui para lá na praça Mauá. (risos) (LEAL, 2016, 00:26:09 - 00:26:55 min).

Contraditoriamente, o sucesso vivenciado nos palcos não se estendia para a vida em sua inteireza e portar-se no feminino nesse momento da história brasileira, era pretensamente enquadrado como crime de vadiagem. Muitas travestis, especialmente as que viviam em situação de prostituição nesse cenário, eram vítimas de planos elaborados pela polícia, que visavam expulsá-las de determinados bairros num verdadeiro processo de higiene social. Ademais, a narrativa colocada acima pelas veteranas, parece apontar para um processo em que o grande sucesso e reconhecimento ainda não havia chegado na proporção que posteriormente foi

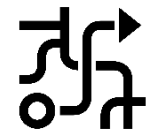


alcançado. Os risos perceptíveis na cena podem remeter à ideia de sobrevivência, mas também podem evidenciar dimensões de classe em que esses acontecimentos parcialmente “corriqueiros” narram algumas “aventuras” pautadas no encontro desses corpos com o poder.

Isso, contudo, pode divergir com as trajetórias de outras travestis, especialmente as negras e pobres que tinham a prostituição como modo principal de sobrevivência. As dimensões de raça, classe e gênero se intersectam nesse processo e tornam as violências mais intensas e nada engraçadas nesses termos. A fala de Martinha sobre os recorrentes aprisionamentos e os cortes nos braços como estratégias de subversão parece algo que não se aplica às divas do documentário, que, por suas narrativas, levam à compreensão de estarem mais protegidas pelo lugar de classe ocupado por elas.

Nessas interconexões, o estudo apurado do contexto requer o reconhecimento de que a tessitura histórica não cabe em compreensões simplistas que situa, de um lado, algozes e, de outro, vítimas passivas, numa díade opressores e oprimidos. Compreender o papel de setores conservadores da sociedade civil na vigilância dos costumes e do governo dos corpos dissidentes implica identificar os processos de incitação que esses movimentos fizeram incidir sobre a Divisão de Censura de Diversões Públicas, bem como pressões sobre o Estado clamando por ordem e por higiene social em determinadas áreas urbanas, bem como invisibilidades nos espaços públicos e midiáticos (SILVA, 2016).

Nesse sentido, o olhar parcial e localizado em torno dessas experiências de violências tipificadas sobre sujeitos que se encontram à margem das normas de gênero historicamente construídas implica lançar luz sobre as experiências cotidianas daqueles e daquelas que protagonizaram resistências a partir das dimensões de gênero e sexualidade e que se encontraram por muito tempo às margens da escrita da História. Portanto, para além dos temas que versam especificamente sobre o Golpe de 1964, a luta armada, as censuras de imprensa e a resistência democrática, isto é, lidos a partir de uma chave política, se faz necessária a compreensão sobre como corpos e vidas dissidentes da heteronormatividade eram vistos e significados nesse período de recrudescimento e autoritarismo, ou seja, como essas questões do cotidiano e da vida privada interagem com as complexas relações entre as sexualidades e as dinâmicas de poder (SILVA, 2016).



As práticas opressivas e regulatórias da ditadura pautadas em torno da noção de moral e bons costumes operaram por meio de encarceramentos recorrentes especialmente sobre os corpos marcados e em situação de prostituição. No entanto, aspectos de gênero, raça e classe se intersectam e podem ser percebidos na narrativa abaixo. A questão da negritude torna-se um atenuante para as tipificadas violências sobre essas vidas. O depoimento⁵ de Anyky Lima⁶ destaca que a prisão era algo recorrente. Vejamos o que ela diz:

Eu fui presa muitas vezes, várias vezes. Na época da ditadura... na época da vadiagem. Se você não tinha um documento assinado você era presa à toa. Só pelo prazer de ser presa para lavar banheiro, para apanhar, sabe? Só que, quando você é branca, quando você é mais bonitinha você apanha menos do que aquela travesti negra. Eu vi várias vezes eu ser presa e policiais me tirarem de madrugada para ter relação comigo e baterem em uma travesti negra só pelo prazer.

O excerto acima dialoga com alguns importantes conceitos, como o de biopoder, de Michel Foucault (2015), compreendido como produção e regulação da vida e daquilo que é passível de ser vivido, com as elucidações de Mbembe (2018) sobre o necropoder, enquanto poder causador de morte e com as reflexões sobre abjeção, que Judith Butler (2016) também se dedicou a formular. As agressões e encarceramentos contra travestis durante a ditadura e também agora, bem como outras infinitas atrocidades que se direcionam aos corpos generificados, racializados e empobrecidos são indícios de como as políticas de morte operam e são instrumentalizadas pelo Estado.

As circunstâncias apontadas pelas personagens do documentário e também pelas narrativas de Anyky Lima, as situações de prisões arbitrárias e violências apresentam estreitas correspondências contextuais, quer sejam isoladas ou articuladas. As práticas de encarceramento e eliminação de determinados corpos remetem a perspectivas que buscam higienizar a sociedade daqueles e daquelas que

⁵ Entrevista realizada em 17/10/2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wABZUUpfTMY&list=RDCMUC2aJp1B7NRz-94ehJtM4tCw&index=3> Acesso em: 7 fev. 2023

⁶ Anyky Lima, 63 anos, costureira. Expulsa de casa aos 12 anos, a mulher trans encarou a prostituição até os 50 e enfrentou a violência da ditadura, mas, hoje, tem medo da noite. Sua idade representa quase o dobro da expectativa de vida de transexuais no Brasil, que é de apenas 35 anos. Série idealizada pelo jornalista Yuri Fernandes | IG: @yurifernands <https://www.instagram.com/yurifernands/>



“poluem” e “corrompem” a coerência e a homogeneidade com suas incongruências e insubordinações ao que se institui como normativo, e as marcas de classe e raça, nesses termos, atenuam e potencializam a abjeção, como pode ser notado no depoimento.

A evocação de manutenção da ordem pública serviu pretensamente para a tentativa de sustentação de uma desejada normatização dos espaços e visibilidades, que, orientada pelos preceitos de proteção à família, à moral e aos bons costumes, operou de forma física e discursiva na moralização das sexualidades. Ao sofrerem a detenção, essas pessoas eram submetidas a diversas humilhações e torturas balizadas pela dimensão do gênero e da sexualidade, além de extorsões para serem liberadas ou “menos” violentadas.

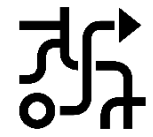
“NÓS ESTÁVAMOS TODAS PRESAS!” ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ENCARCERAMENTOS POSTOS EM CENA

Os padrões de moralidade pública e as dimensões conservadoras não foram inauguradas com a ditadura brasileira. A proliferação de vozes almejando, cada uma à sua maneira, deliberar sobre as práticas não heterossexuais, advindas de perspectivas diversas, como os discursos religiosos, médico-legais, criminológicos, entre outros, que se amalgamam e se combinam, produzem efeitos diversos e tipificados na vida dessas pessoas em cada momento histórico.

Nos marcos da dimensão social e pública, trazer as travestis à visibilidade, por meio do fazer historiográfico, configura-se em um ato político e numa escrita assumidamente comprometida em desvelar as relações socialmente construídas que relegam ao campo da marginalidade, exclusão, inferioridade tanto social quanto no apagamento da memória por meio da escrita que não se faz, ou seja, invisibilidades historicamente produzidas daquilo que não se quer ver.

Com os devidos limites que certamente estabelecem particularidades de cada região no contexto em questão, as ofensivas, as práticas institucionais de opressão e violências assentadas em argumentos legalistas, as alianças estabelecidas com os suportes midiáticos, com instituições da sociedade civil organizada e com a população de modo geral não se restringem apenas ao eixo Rio de Janeiro-São Paulo.

Certamente, outras cidades vivenciaram dinâmicas semelhantes em que a articulação entre a moralização das políticas de segurança e a intensificação das



práticas repressivas vinculadas ao Estado fizeram os índices de violência tomarem proporções alarmantes. Os delineamentos das moralidades hegemônicas em cidades ao longo do país, ao conjugarem os consensos legalistas ao redor dos valores tradicionais relativos à família heteronormativa e monogâmica presumida como sagrada, tomaram limites que ainda carecem ser explorados com maior profundidade.

A conjuntura da ditadura, pautando-se, entre outros argumentos, na defesa da família normativa tradicional, cruzou de maneira bastante intensa as dimensões do gênero, da sexualidade e da política, o que fez com que essa combinação assumisse na vida cotidiana um ordenamento e uma estrutura repressiva que refletiu em conflitos violentos e intensas tentativas de regulação, especialmente daquilo que se considerava como indesejável. As estratégias de hostilidades praticadas nos grandes centros somaram-se às particularidades locais de outras cidades, fabricando cenários complexos ao serem conjugados com a cultura política e a moral locais.

Para a escrita de uma história, a partir de narrativas dissidentes, é fundamental que a história seja compreendida como fruto de disputas e processos interpretativos que, condicionados por dispositivos de poder, pode desconstruir e nobilitar as histórias sobre o período ditatorial, tão marcado pela presença masculina e pelo predomínio de temáticas que anulam as dimensões privadas e individuais, mas que dialoga com as dimensões públicas em detrimento de narrativas ligadas à uma “luta maior”. Rastrear essas narrativas, significa reconhecer que “a história passa a ser vista como um campo de possibilidades para vários sujeitos historicamente constituídos: lugar de lutas e resistências” (COLLING, 2004, p. 9).

Para tanto, o documentário em questão coloca-se como uma narrativa que estabelece asserções sobre o mundo, que seleciona, organiza os discursos, os testemunhos, os vestígios do contexto vivido em diálogo com um enunciado comprobatório. Enquanto narrativa histórica, termina por reconfigurar o tempo em intrínsecos postulados de verdade. A “intencionalidade histórica” desse gênero cinematográfico se afirma como um potente “lugar de memória”, que se fortalece por meio da oralidade de depoentes, que reforça a dimensão da experiência localizada no tempo do vivido, como um testemunho da história, estabelecendo uma ponte entre o passado histórico e a memória trazida à luz por meio do que se expõe (TOMAIM, 2013).

**REFERÊNCIAS**

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: Edusc, 2007.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. *História em revista*. v. 10, Pelotas, 2004, p. 1-10.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2015.

GÓES, Fred. *Teatro Rival: resistência e sensibilidade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2018.

GUTFREIND, Cristiane Freitas. Os filmes da ditadura civil-militar brasileira e o realismo político. In: MORETTIN, Eduardo; NAPOLITANO, Marcos (Org.). *O cinema e as ditaduras militares: contextos, memórias e representações audiovisuais*. São Paulo: Intermeios/Fapesp; Porto Alegre: Famecos, 2018, p. 155-166.

LOPES, Fábio Henrique; DUARTE, M. A emergência da primeira geração de travestis no Brasil, na década de 1960. *Territórios e Fronteiras* (UFMT. Online), v. 14, p. 151-177, 2021.

LOPES, Fábio Henrique; DUARTE, M. Visibilidades da experiência trans! Corpos, idades e imagens. *SocioPoética*, v. 1, n. 17, jun./dez. 2016, p. 1-22.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

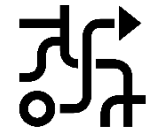
MORETTIN, Eduardo. O cinema brasileiro e os filmes históricos no regime militar: o lugar do historiador. In: MORETTIN, Eduardo; NAPOLITANO, Marcos (Org.). *O cinema e as ditaduras militares: contextos, memórias e representações audiovisuais*. São Paulo: Intermeios/Fapesp; Porto Alegre: Famecos, 2018.

NAPOLITANO, Marcos; SELIPRANDY, Fernando. O cinema e a construção da memória sobre o regime militar brasileiro: uma leitura de *Paula, a história de uma subversiva* (Francisco Ramalho Jr., 1979). In: MORETTIN, Eduardo;

NAPOLITANO, Marcos (Org.). *O cinema e as ditaduras militares: contextos, memórias e representações audiovisuais*. São Paulo: Intermeios/Fapesp; Porto Alegre: Famecos, 2018, p. 77-100.

NICHOLS, Bill. *Introdução ao documentário*. 6. ed. Campinas: Papyrus, 2016.

OCANHA, Rafael Freitas. *“Amor, feijão, abaixo camburão” - Imprensa, violência e trottoir em São Paulo (1979-1983)*. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014.



OCANHA, Rafael Freitas. Repressão policial aos LGBTs em São Paulo na ditadura civil militar e a resistência dos movimentos articulados. In: GREEN, James Naylor; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.

PERROT, Michele. Escrever uma história de mulheres: relato de uma experiência. *Cadernos Pagu* (4) 1995: p. 9-28.

QUINALHA, Renan Honório. Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 15-38.

QUINALHA, Renan Honório. *Conta a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. Tese (Doutorado em Relações Internacionais), Universidade de São Paulo, 2017.

SILVA, Natanael de Freitas. Ditadura civil-militar no Brasil e a ordem de gênero: masculinidade e feminilidades vigiadas. *Mosaico*, v. 7, n. 11, 2016, p. 64-83.

TOMAIM, Cássio dos Santos. O documentário e sua "intencionalidade histórica". *DocOn-line*, n. 15, dez 2013, www.doc.ubi.pt, p. 11-31.

FONTES

DIVINAS DIVAS. Direção de Leandra Leal. Rio de Janeiro: Daza Filmes, 2017 (109 min.).

ANYKY LIMA. LGBT+ 60: Corpos que resistem. *Colabora - Jornalismo Sustentável*. Publicado em 17 out. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tFa4r0CSy3k>

MARTINHA. LGBT+ 60: Corpos que resistem. *Colabora - Jornalismo Sustentável*. Publicado em 17 out. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zM9ATZUsOZg>

Recebido em 11/09/2023

Aprovado em 07/11/2023